



SUMÁRIO

- ✓ NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO SNESup INICIARAM FUNÇÕES
- ✓ MÁ PRÁTICAS EM ACÇÕES CONJUNTAS
- ✓ MINISTRO ABRE PROCESSO DE DIÁLOGO
- ✓ REUNIÕES COM INSTITUTOS POLITÉCNICOS
- ✓ SNESup ESCREVE À AR A PROPÓSITO DA LEI DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
- ✓ PROTOCOLO RELATIVO AO ISMAI
- ✓ APOIO À PARTICIPAÇÃO NAS ACÇÕES MARIE CURIE
- ✓ MID-CAREER FELLOWSHIPS
- PROGRAMA DE REFORÇO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA
- ✓ APOIO À PARTICIPAÇÃO NAS ACÇÕES MARIE CURIE
- ✓ ENCONTRO SOBRE INVESTIGAÇÃO
EM LEITURA, LITERATURA INFANTIL E ILUSTRAÇÃO
- ✓ DIÁRIO DA REPÚBLICA

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO SNESup INICIARAM FUNÇÕES

No passado dia 21 de Junho tomaram posse os novos órgãos sociais do SNESup, eleitos nos dias 5 e 6 de Junho, que, em conformidade com o previsto nos Estatutos e no seu regulamento de funcionamento interno, elegeram as suas estruturas e titulares de cargos de coordenação.

A Mesa do Conselho Nacional e da Assembleia Geral ficou constituída por Álvaro Borralho (Universidade dos Açores) como Presidente, por Elisabete Freire (Faculdade de Arquitectura da UTL), Manuela Magno (Universidade de Évora), André Melo (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto) e João Leitão (Escola Superior de Saúde da Guarda) como Vice-Presidentes, e por outros quatro elementos como Secretários.

A Direcção elegeu Gonçalo Xufre, do ISEL, como Presidente, tendo ainda constituído uma equipa de Vice-Presidentes que apoiará este colega na representação institucional do Sindicato, equipa essa integrada por João Cabral (Universidade dos Açores), Teresa

Nascimento (Universidade da Madeira), Paulo Cruchinho (Escola Superior de Saúde do IP Setúbal) e Catarina Fernando (Universidade da Beira Interior), e designado uma Comissão Permanente de sete elementos. A participação eleitoral foi mais reduzida do que em anos anteriores (471 votantes, tendo votado 436 a favor da lista eleita para a Direcção, 30 em branco e 5 contra) o que, embora seja compreensível por o processo eleitoral ter sido de alguma forma secundarizado pela petição a favor de negociações com o MCTES, exigirá alguma atenção por parte das estruturas sindicais em ordem a dinamizarem mais eficazmente estes processos.

MÁS PRÁTICAS EM ACÇÕES CONJUNTAS

O SNESup tem vindo a intervir desde Dezembro em torno da aplicação ao ensino superior do novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, a princípio praticamente sozinho. Esperámos pacientemente que outros acabassem de estudar o tema, e renovámos várias vezes a nossa disponibilidade para acção conjunta, o que finalmente conseguimos em meados de Maio com o lançamento da petição "É urgente a abertura de negociações sobre vínculos e carreiras no ensino superior", que havia conhecido, revelamo-lo agora pela primeira vez, uma primeira versão em finais de Fevereiro.

Iniciadas enfim acções conjuntas, começámos a ser confrontados com um excessivo tropismo para a comunicação social por parte dos nossos parceiros. Num caso ou noutro as iniciativas comuns junto dos *media* foram abafadas por protagonismos de organização, se não mesmo individuais. Na manhã da reunião com Mariano Gago o Diário de Notícias inseria uma extensa notícia, com declarações de um responsável sindical, a qual omitia completamente que o SNESup (também) ia estar presente.

Na plataforma sindical que negociou no último ano lectivo com o Ministério da Educação este tipo de ocorrências já mereceu críticas por parte de quem se achou lesado. No caso do MCTES, é bom lembrá-lo, nem sequer há plataforma sindical, nem regras de funcionamento acordadas. Pensávamos que uma aposta livremente consentida nas boas práticas substituiria com vantagem a formulação de regras. Não voltaremos a ser ingénuos.

MINISTRO ABRE PROCESSO DE DIÁLOGO

Na reunião realizada na última sexta feira, 27 de Junho com o SNESup e a FENPROF, o ministro Mariano Gago surpreendeu: fez-se acompanhar por nove membros do Gabinete e dirigentes do Ministério; comprometeu-se com uma reunião a nível técnico em Julho para discussão de aspectos da aplicação da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, embora considere que esta só se aplicará ao ensino superior e à investigação científica após a revisão dos Estatutos de Carreira; anunciou ter contactado a associação patronal das privadas (APESP) para averiguar da sua disponibilidade para realizar um diálogo com os Sindicatos, sob a égide do Ministério, acerca da legislação para o exercício de funções no sector; pediu aos Sindicatos que avançassem com uma proposta de criação de um centro de arbitragem, que se comprometeu a remeter ao CRUP e ao CCISP.

Sendo de prever a ocorrência de significativas divergências em questões de fundo, anotamos que pela primeira vez o MCTES dá passos positivos no domínio procedimental.

REUNIÕES COM INSTITUTOS POLITÉCNICOS

Ainda antes da reunião com o Ministro Mariano Gago, realizaram-se três novas reuniões conjuntas do SNESup e da FENPROF com Presidentes de Institutos Politécnicos, a saber uma reunião com o Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, Vicente Ferreira, em que o nosso Sindicato foi representado por Gonçalo Xufre Silva e os nossos parceiros por João Cunha Serra, uma reunião com a Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Ana Maria Vaz, em que as representações foram asseguradas respectivamente por Catarina Fernando e por António Fernandes de Matos e ainda uma reunião com o Presidente do Instituto Politécnico de Beja José Luís Ramalho, sendo o SNESup representado por Luís Luz e a FENPROF por Sara Fernandes

Deixamos aqui uma palavra de agradecimento aos nossos interlocutores pela oportunidade de diálogo e de troca de informações que nos proporcionaram.

SNESup ESCREVE À AR A PROPÓSITO DA LEI DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Ainda antes da reunião com o Ministro Mariano Gago, realizaram-se duas novas reuniões conjuntas. A Proposta de Lei nº 209/X (Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas) esteve em discussão pública em tempo recorde - até à última 4^a feira 25 de Junho - e foi pouco depois aprovada pelo Plenário, muito provavelmente sem que os deputados tivessem tempo de ler as respostas.

O SNESup pronunciou-se, alertando a Assembleia da República para que não haviam, ao contrário do que se afirma na "Exposição de motivos", sido observados os procedimentos da Lei nº 23/98 (uma vez que o SNESup não foi chamado à negociação) e manifestando-se contra a estipulação inconstitucional de que só as Confederações Sindicais (em detrimento dos próprios sindicatos do sector) poderão de futuro negociar convenções colectivas de âmbito geral no âmbito da função pública.

Nas linhas programáticas com que a actual Direcção foi eleita este era, recorda-se, um ponto prévio a toda a actuação prevista. Estamos a cumprir o nosso programa.

PROTOCOLO RELATIVO AO ISMAI

O SNESup celebrou um protocolo com a Maiêutica, entidade titular do ISMAI – Instituto Superior da Maia.

Este protocolo prevê, entre outras coisas, um desconto de 10% no valor das prestações da propina anual para sócios e funcionários do SNESup, abrangendo também os seus filhos ou conjugues.

APOIO À PARTICIPAÇÃO NAS ACÇÕES MARIE CURIE

Foi criado um apoio complementar por parte da FCT como estímulo à participação nas acções Marie Curie.

Considerando a missão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de promover a Formação Avançada e a Qualificação de Recursos Humanos por um lado, e reconhecendo, por outro lado, o prestígio e a importância da vertente de cooperação internacional que as Acções Marie Curie promovem no âmbito da Formação e Desenvolvimento de Carreira dos Investigadores, a Fundação propõe-se co-financiar algumas Acções, quando estas não contemplem todos os custos em que os investigadores ou as instituições incorrem quando vêem os seus projectos aprovados.

A complementaridade de financiamentos por parte da FCT pretende assim garantir a exequibilidade dos projectos de uma forma sustentada e, conseqüentemente, o reforço de internacionalização no processo de formação dos investigadores Portugueses, fomentando um maior interesse das instituições Portuguesas pelo Programa.

Para mais informações, contactar o Ponto de Contacto Nacional:

Ana Margarida Santos - anamargarida.santos@fct.mctes.pt

Loja do CientistaTel.: 213924446

MID-CAREER FELLOWSHIPS - PROGRAMA DE REFORÇO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA

A Fundação Calouste Gulbenkian, desde a sua criação, tem atribuído grande prioridade aos apoios a conceder ao Ensino Superior por reconhecer a importância de que este sector se reveste para o desenvolvimento cultural, científico e educativo do País.

Nesta conformidade, foi criado o Programa de Reforço da Capacidade Científica que tem a natureza de Projecto Gulbenkian Transversal e Inovador pela sua incidência nas áreas da educação e da ciência, o que lhe confere um carácter de transversalidade.

Este Programa tem duas componentes: uma, destinada a promover a colaboração entre departamentos de Universidades portuguesas, que assegure a realização de programas de Doutoramento competitivos em termos internacionais; uma outra, destina-se a atrair talentos e experiência para a Universidade portuguesa.

Ver formulário e regulamento em: <http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=65&artId=670>

ENCONTRO SOBRE INVESTIGAÇÃO EM LEITURA, LITERATURA INFANTIL E ILUSTRAÇÃO

Realiza-se nos dias 10 e 11 de Outubro de 2008 o 7º Encontro Nacional / 5º Internacional de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração na Universidade do Minho no Campus de Gualtar em Braga.

As propostas de comunicações devem ser enviadas até 10 de Julho de 2008.

Mais informações em: <http://li.iec.uminho.pt/>

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Registamos as seguintes publicações:

[Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho](#) – Altera os Decretos-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, 316/76, de 29 de Abril, 42/2005, de 22 de Fevereiro e 67/2005, de 15 de Março, regulamentando o Processo de Bolonha no ensino superior.

[Decreto nº 16/2008, de 24 de Junho](#) – Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe nos Domínios do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

[Decreto Legislativo Regional nº 17/2008/A, de 18 de Junho](#) – Cria um regime complementar de apoio à frequência de cursos pós-secundários e superiores na Região Autónoma dos Açores.

[Declaração de Rectificação nº 32-C/2008, de 16 de Junho](#) – Rectifica o Decreto-Lei nº 90/2008, de 30 de Maio, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que procede à oitava alteração ao Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de Setembro, que fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Rua Casal dos Vagares, 12 – 3030-141 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt